

Superior Tribunal de Justiça

RECURSO ESPECIAL Nº 1.828.072 - PE (2019/0212161-5)

RELATOR : MINISTRO BENEDITO GONÇALVES
RECORRENTE : ASSOCIACAO DOS DOCENTES DA UNIVERSIDADE FED DE PE
ADVOGADOS : JEFFERSON LEMOS CALAÇA - PE012873
THEOBALDO PIRES FERREIRA DE AZEVEDO - PE024172
JOSE CARLOS ALMEIDA JUNIOR - PE001037
JOSE LUIS WAGNER - PE047516
RECORRIDO : UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
INTERES. : MARIA ADELAIDE GUIMARAES PADILHA
INTERES. : CARLOS EDUARDO GUIMARAES PADILHA
INTERES. : MANOEL CARLOS GUIMARAES PADILHA
INTERES. : CARLA GUIMARAES PADILHA
ADVOGADOS : JEFFERSON LEMOS CALAÇA - PE012873
THEOBALDO PIRES FERREIRA DE AZEVEDO - PE024172
JOSE CARLOS ALMEIDA JUNIOR - PE001037
JOSE LUIS WAGNER - PE047516

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. RECURSO ESPECIAL. EXECUÇÃO DE SENTENÇA. AGRAVO DE INSTRUMENTO. ÓBITO DO EXEQUENTE. SUSPENSÃO DO PROCESSO. HABILITAÇÃO DOS HERDEIROS. PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE. NÃO OCORRÊNCIA. PRECEDENTES. RECURSO ESPECIAL PROVIDO.

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto com fundamento no artigo 105, III, “a”, da Constituição Federal, contra acórdão proferido pelo Tribunal Regional Federal da 5ª Região, assim ementado (fl. 684):

PROCESSUAL CIVIL. EXECUÇÃO DE TÍTULO EXECUTIVO JUDICIAL. HABILITAÇÃO DE HERDEIROS. PRETENSÃO EXECUTÓRIA. PRESCRIÇÃO. OCORRÊNCIA

I. Trata-se de agravo de instrumento interposto contra decisão que, em sede de execução de título judicial, deferiu a habilitação dos herdeiros do ex-servidor Manoel Carlos de Siqueira Padilha, afastando a alegação de existência de prescrição.

II. Em suas razões recursais, a parte agravante sustenta que o ex-servidor faleceu em 29/11/2006. No entanto, o processo não foi suspenso e a habilitação dos herdeiros somente foi providenciada em 20/11/2017, ou seja, mais de 10 (dez) anos após o falecimento do autor. Assim, entende a parte agravante que ocorreu a prescrição da pretensão executória, eis que entre a data do falecimento e o pedido de habilitação decorreram mais de 5 anos, pelo que prescrito o direito conforme súmula 150 do STF c/c o art.1º, do Decreto 20.910/32. Ainda, sustenta que o óbito foi anterior a data da propositura da execução, de modo que o sindicato não possui legitimidade para postulá-la.

Superior Tribunal de Justiça

III. Ressalvado o posicionamento do Relator, a Segunda Turma do TRF 5ª Região entende que é de cinco anos, contados da data do óbito do autor originário, o prazo prescricional para apresentação do requerimento de habilitação do respectivo herdeiro, com o fim de impulsionar a execução de sentença já iniciada. Precedentes: TRF 5ª Região, AGTR140877/CE. Rel. Des. Fed. Paulo Roberto de Oliveira Lima. Julg. 10/02/2015. DJe 13/02/2015; AG 142477, Relator Desembargador Federal Vladimir Carvalho, DJe 13/08/2015.

IV. Na hipótese, o óbito do ex-servidor ocorreu em 29/11/2006 tendo o pedido de habilitação dos seus herdeiros sido formulado apenas em 20/11/2017. Desse modo, resta demonstrada a ocorrência da prescrição, uma vez que decorridos mais de cinco anos entre o óbito da exequente e o pedido de habilitação dos seus herdeiros.

V. Agravo de instrumento provido, para reconhecer a prescrição da habilitação dos herdeiros.

Embargos de declaração rejeitados.

A recorrente alega violação dos arts. 489, § 1º, IV, e 1.022, II, do CPC/2015, ao argumento de que a Corte de origem não se manifestou a respeito de pontos importantes ao deslinde da controvérsia.

Quanto à questão de fundo, sustenta que "o Tribunal *a quo* não poderia ter entendido pela ocorrência de prescrição para a habilitação, não havendo que se cogitar na prescrição executória/intercorrente durante o lapso transcorrido entre o óbito do servidor e a habilitação de seus sucessores na fase de execução – esta iniciada antes de cinco anos do término da fase de conhecimento – pois, nos termos do arts. 313, I, e 921, I, do CPC/2015, a morte daqueles impunha a suspensão da ação e também do prazo prescricional" (fl. 783).

Com contrarrazões.

Juízo positivo de admissibilidade à fl. 825.

É o relatório. Passo a decidir.

Assiste razão à recorrente.

Com efeito, a conclusão alcançada pelo Tribunal de origem encontra-se em desconhecimento com a jurisprudência desta Corte no sentido de que, diante da ausência de previsão legal impondo prazo para a habilitação de herdeiros sucessores da parte, é inaplicável o instituto da prescrição intercorrente a fim de limitar a habilitação dos sucessores.

Nesse sentido:

PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. EMBARGOS À EXECUÇÃO CONTRA A FAZENDA. FALECIMENTO DO ADVOGADO. SUSPENSÃO DO PROCESSO. PRESCRIÇÃO. NÃO OCORRÊNCIA. PRECEDENTES.

1. A morte de uma das partes ou mesmo do procurador tem como consequência a suspensão do processo, razão pela qual, na ausência de previsão legal impondo prazo para a habilitação dos respectivos sucessores da parte ou da regularização da representação processual, não ocorre a prescrição. Precedentes.

2. Agravo interno não provido (AgInt no AREsp 1.334.188/RJ, Rel. Ministro Benedito Gonçalves, Primeira Turma, DJe 28/2/2019).

ADMINISTRATIVO. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. SERVIDOR PÚBLICO. SUBSTITUIÇÃO DA PARTE. SUSPENSÃO DO PROCESSO. HABILITAÇÃO DOS HERDEIROS. PRESCRIÇÃO

NÃO CONSUMADA. AGRAVO INTERNO DA UNIÃO A QUE SE NEGA PROVIMENTO.

1. A morte de uma das partes é causa de imediata suspensão do processo (art. 265, I do CPC/1973), não havendo previsão legal de prazo prescricional para a habilitação de seus sucessores, de modo que, aplicando esse entendimento no caso concreto, constata-se que o processo deveria ter ficado suspenso desde o momento do passamento da autora, ocorrido ainda na fase de conhecimento, não podendo ser contado, a partir desse evento, nenhum lapso prescricional em prejuízo aos herdeiros, seja para a habilitação deles, seja para a propositura da Ação de Execução (REsp. 1.707.423/RS, Rel. Ministro Gurgel de Faria, DJe 22/2/2018).

2. Agravo Interno da União a que se nega provimento (AgInt no REsp 1.508.584/PE, Rel. Ministro Napoleão Nunes Maia Filho, Primeira Turma, DJe 6/12/2018).

PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 2015. APLICABILIDADE. EXECUÇÃO DE SENTENÇA. ÓBITO DO AUTOR NA FASE DE CONHECIMENTO. HABILITAÇÃO DOS HERDEIROS APÓS O TRÂNSITO EM JULGADO. SUSPENSÃO IMEDIATA DO PROCESSO. EFICÁCIA EX TUNC. PRESCRIÇÃO DA PRETENSÃO EXECUTÓRIA. NÃO OCORRÊNCIA.

[...]

II - Cinge-se a controvérsia à análise da prescrição da pretensão executória de herdeiros do autor falecido na fase de conhecimento, tendo sido formulado pedido de habilitação após o trânsito em julgado. O tribunal de origem, considerando não ter notícias acerca da suspensão do processo, concluiu que o prazo prescricional de cinco anos começa a fluir a partir do trânsito em julgado da sentença condenatória, encontrando-se prescrita, portanto, a pretensão.

III - Consoante a doutrina e a jurisprudência, ocorrendo a morte de uma das partes, a suspensão do processo é imediata, reputando-se inválidos os atos praticados após o evento, com exceção daqueles de natureza urgente, que não possam esperar a conclusão da habilitação, embora seja possível a ratificação pelos sucessores.

IV - A suspensão do processo opera-se retroativamente, com efeitos ex tunc, porquanto é meramente declaratório o reconhecimento do evento morte, a partir de quando a parte ficou privada da faculdade de exercer plenamente sua defesa, não podendo ser prejudicada pela não comunicação imediata do fato ao juiz.

V - Não ocorrência da prescrição da pretensão executória por ausência de previsão legal, sendo inaplicável o instituto da prescrição intercorrente a fim de limitar a habilitação dos sucessores.

VI - Recurso especial provido (REsp 1.657.663/PE, Rel. Ministra Regina Helena Costa, Primeira Turma, DJe 17/8/2017).

Ante o exposto, **dou provimento ao recurso especial**, nos termos da fundamentação.

Publique-se. Intimem-se.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília (DF), 03 de outubro de 2019.

Ministro BENEDITO GONÇALVES
Relator

